

FARIA DE VASCONCELOS 'PIONEIRO DA EDUCAÇÃO ATIVA': ORIENTAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL... E O SISTEMA EDUCATIVO PORTUGUÊS

<http://dx.doi.org/10.4025/imagenseduc.v5i3.27653>

Ernesto Candeias Martins*

* Instituto Politécnico de Castelo Branco – Portugal. ernesto@ipcb.pt

Resumo

A figura pedagógica de A. S. Faria de Vasconcelos, tão esquecido, mas tão atual na sua psicopedagogia de atenção diferenciada aos alunos e no contributo à orientação escolar e profissional merece ser analisada. Impregnou-se da 'paidologia', pedagogia e psicologia para descobrir os interesses e motivações no desenvolvimento e na vida consciente da criança. O autor aborda hermenêuticamente, no âmbito da História da Educação portuguesa, os contributos daquele pedagogo ao sistema educativo republicano: análise à proposta de reorganização, na consolidação do estatuto da educação pública; papel das bibliotecas escolares no processo educativo dos alunos; importância da orientação escolar e profissional (Instituto de Orientação Profissional, em Lisboa) nos menores normais e 'anormais', fruto das suas ações e experiências de colaboração com outras instituições. Estes eixos norteiam a argumentação histórico-descritiva ressaltando o valor científico dado aos problemas escolares e educativos dos alunos, cuja solução a psicologia investigava, e ainda os aspetos referentes à preservação do ambiente educativo na estimulação das forças físicas e psíquicas da criança. A prática pedagógica preconizada por Faria de Vasconcelos abre novos horizontes na compreensão dos desafios atuais da educação, presentes no Relatório de J. Delors e Estratégia Europeia até 2020: educação e formação na aprendizagem ao longo da vida.

Palavras-chave: escola ativa, orientação vocacional, psicopedagogia, biblioteca escolar.

Abstract. Faria de Vasconcelos 'pioneer active education': orientation scholastic and professional... and the Portuguese Education System. The pedagogical figure de A. S. Faria de Vasconcelos, so forgotten, but as present in his pedagogy of differentiated attention to students and to the school and professional orientation contribution deserves to be analyzed. Impregnated of 'paidology' and psychology to discover child interests and motivations in his or her development and conscious life. The author hermeneutically discusses, within the framework of the Portuguese Education's history, the contributions that the Republican educational system of this pedagogue: analysis the proposed reorganization, the consolidation of the status of public education; the role of school libraries in the educational process of the students; the importance of school and professional orientation (Institute of vocational guidance, in Lisbon) in normal and abnormal 'minors' as a result of his actions and experiences of collaboration with other institutions. These axis guiding argumentation descriptive historical subject to the value given to the scientific school and educational problems of students, whose solution the psychology investigated and aspects relating to conservation of the environment educational on stimulation of the child's physical and mental forces. The pedagogical practice advocated by Faria de Vasconcelos opens new horizons in understanding the challenges of education, presents the report of J. Delors and European Strategy until 2020: education and training in lifelong learning.

Keywords: active school, vocational guidance, educational psychology, school library.

Introdução

O 'pioneiro da educação de futuro'... na Escola Nova

Comemoraram-se 135 anos da morte do pedagogo António Sena Faria de Vasconcelos (1880-1939), filho do juiz de Direito, Luís Condito Faria de Vasconcelos, nascido em Castelo Branco e falecido em Lisboa. Faria de Vasconcelos frequentou o Colégio do Espírito Santo, em Braga, pertencente aos missionários franceses e se formou em Direito na Universidade de Coimbra. A sua admiração pelas questões pedagógicas, pela filosofia da educação e pela educação integral do ser humano o fez enveredar-se pela Pedagogia e aderir ao movimento da Escola Nova. Assim, impregnou-se da 'paidologia', da pedologia ou psicologia do desenvolvimento no descobrimento da criança e dos seus interesses para o setor emocional, de modo a colocar a afetividade no centro principal de toda a sua vida consciente.

Nessa renovação pedagógica, entre muitas experiências de aplicação dos métodos ativos na prática educativa, Montessori propôs a liberdade como a base da disciplina (autoeducação), Tolstoi preconizou a liberdade absoluta da criança no sentido das pedagogias não diretivas e Decroly desenvolveu os centros de interesse na criança. De fato, o entusiasmo pela experimentação – pedagogia experimental – foi grande no campo educativo a partir de meados do século XIX. Já anteriormente, Pestalozzi, no seguimento do ambientalismo pedagógico iniciado por Rousseau, procurou nas suas iniciativas provar que a observação e a ação estão na base do ensino intuitivo. Mais tarde, Fröebel¹, Pe. Girard, Herbart², Spencer, entre outros, renovaram métodos, problematizando e estabelecendo filosofias da educação e técnicas de intervenção socioeducativas (NÓVOA, 1995). Nos Estados Unidos, J. Dewey, influenciado por William James, defende o pragmatismo e experimentalismo científico na educação (FIGUEIRA, 2001).

A designação de 'pioneiro da educação do futuro' a Faria de Vasconcelos foi-lhe atribuída, em julho de 1915, por um dos grandes mentores da 'Escola Ativa', o pedagogo Adolfo Ferrière, sintetizando esse epíteto no Prefácio da obra *Une École Nouvelle en Belgique* (VASCONCELOS, 1915, p. 11), na qual expõe os pressupostos da Escola Nova. A fórmula da educação do futuro é sinónimo de escola nova e ativa, ou seja, a escola deveria ser pensada e processada como nova (SOUSA ALVES, 1969).

É nesse cenário de difusão do movimento da Escola Nova que se integra essa figura pedagógica portuguesa, símbolo do movimento da École Nouvelle, que materializou na prática a ação dos ideais do modelo *Bureau International de Écoles Nouvelles*, na Escola belga de Bierges-Lez-Wawre, de 1912-1914, e integrou e partilhou as ideias inovadoras no Instituto J. J. Rousseau, em Geneve (NÓVOA, 1995). Com esses conhecimentos, implementou medidas de política educativa e formação de professores em países latino-americanos como Cuba e Bolívia, no início do século XX e, posteriormente, em Portugal, na proposta de reforma do ensino de J. Camoesas, em 1923, e na criação do Instituto de Orientação Profissional, em 1925.

Faria de Vasconcelos não valorizava tanto a abordagem dos fins na educação, já que privilegiava a questão dos meios educativos – os métodos. Esta sua intenção está expressa nas experiências realizadas na Escola Bierges-Lez-Wawre, a qual foi encerrada quando da invasão alemã. Após esse desaire, ele foi encarregado do curso no Instituto de Ciências de Educação em Genebra. Por sugestão do seu amigo A. Ferrière, a quem prefaciou o livro dos trinta princípios do movimento da Escola Nova, foi para Cuba como consultor do Ministério e para a Bolívia como diretor da *Escuela Normal de Maestros* em Sucre, organizando os respetivos sistemas educativos, no âmbito da formação de professores primários e educadoras. Ocupou o cargo de Inspetor do Ministério da Saúde e do Bem-Fazer, em Cuba, onde fundou duas escolas em Havana, desempenhando várias tarefas pedagógicas, entre as quais a implantação dos princípios da Escola Nova. Considerava essencial que o educador fosse formado pela 'pedagogia nova', possuindo uma formação científica sobre a 'natureza da criança' e sobre o conjunto das condições do meio em que o desenvolvimento infantil se processa. Impôs-se contra a 'pedagogia antiga', à qual denominou

¹ Criador da rede de jardins de infância na Alemanha.

² Criador da metodologia da instrução na base dos cinco 'passos formais'.

artificial e verbalista (CIDADE, 1969, p. 5). Nessas experiências e ações pedagógicas, realçou a organização material e higiênica, articulando a vertente médico-pedagógica e assistencialista, pois facilitava a adaptação ao ritmo, à quantidade e qualidade do trabalho dos alunos, no respeito pela saúde e higiene social e escolar. Pretendeu dar à educação uma base amplamente humanista.

Faria de Vasconcelos regressou a Portugal, em 1920, dedicando-se à educação de adultos, participando de uma forma destacada em várias instituições e congressos relacionados com a educação e psicologia. Colaborou na elaboração do Projeto de Reforma Educativa proposto por João Camoesas em 1923, no âmbito de uma reforma geral da educação portuguesa que não chegou a ser aprovado. Foi professor em instituições de ensino superior, por exemplo, professor de Filosofia na Faculdade de Letras de Lisboa, onde percebeu a necessidade de se instituir no ensino superior a formação científico-pedagógica dos professores para todos os níveis de ensino, destacando especialmente o ensino pré-escolar e a reorganização do ensino técnico (BRASIL, 1969). O que o tornou, contudo, mais conhecido foi a criação do Instituto de Orientação Profissional, no qual desempenhou o cargo de diretor até 1936 e aplicou práticas psicopedagógicas no âmbito da orientação escolar e profissional. Essas ações permitiram-lhe relacionar-se com figuras dos vários quadrantes, desde António Sérgio a Azeredo Perdigão³, algumas delas provenientes do Grupo Seara Nova. As suas funções naquele Instituto tiveram como objetivo o alargamento da sua influência nos diversos domínios da vida profissional e educativa do país. Faleceu no período em que o salazarismo começava a impor os seus princípios de regime, entre eles o despedimento de académicos progressistas.

Estamos perante uma figura pedagógica não muito conhecida na sua época e mesmo na atualidade, sendo justo analisar o seu ideário pedagógico tão rico para a História da Educação e para a política educativa, já que é mais referenciado em alguns círculos educativos europeus, que no seu próprio país.

Pretendemos nesta abordagem historiográfica hermenêutica, no âmbito da história da educação portuguesa, analisar os contributos educativos de Faria de Vasconcelos no período republicano de 1910-1926, incluindo a proposta de reorganização na consolidação do

estatuto da educação pública; a importância das bibliotecas escolares no processo educativo dos alunos; e a importância da orientação escolar e profissional no Instituto de Orientação Profissional, em Lisboa, nos menores normais e 'anormais', fruto das ações e experiências de colaboração com outras instituições.

Partimos desses eixos para a argumentação histórico-descritiva a este psicopedagogo, que tratou cientificamente os problemas escolares dos alunos, cuja solução a psicologia investigava, e ainda os aspetos referentes à preservação do ambiente educativo na estimulação das forças físicas e psíquicas da criança, de modo a conduzi-las à plenitude do seu desenvolvimento cognitivo. Em alguns momentos da sua obra, o educador alerta sobre a importância da cooperação da família nesse processo educativo, pois mais que transmitir conhecimentos, a primeira função do educador é promover situações proporcionadoras do crescimento físico infantil, desviando todos os obstáculos que possam contrariá-lo, de modo a tirar partido da educação e da instrução. Faria de Vasconcelos pretendeu dizer com esta ideia que antes de transmitir conhecimentos ou educar, a missão do educador é ser um 'higienista' na sua ação pedagógica.

Efetivamente, Faria de Vasconcelos pertence à plêiade de pedagogos portugueses inovadores com as ideias do movimento da Escola Nova, por exemplo, A. J. Alves dos Santos⁴, Adolfo Lima⁵, António Sérgio, Álvaro Viana de Lemos⁶, César Porto, Irene Lisboa, Sebastião da Gama, Agostinho da Silva etc. (NÓVOA, 1995).

Reforma da educação nacional: proposta de lei de reorganização

É na educação e na reforma das mentalidades que Portugal encontrava o caminho mais seguro e mais fecundo para a solução da crise nacional. Assim, Faria de Vasconcelos definiu as condições que considerava essenciais para a realização das reformas em educação, e apresentou as bases com vista à solução dos problemas neles implicados. Falava de 'metodologia a adotar', relevando que fosse feita com prudência, com

⁴ Trabalhou com Claparède.

⁵ Responsável português pela Liga Internacional da Educação Nova e diretor da Escola Oficina n. 1 de Lisboa.

⁶ Divulgador de Freinet.

³ Foi administrador da Fundação Calouste Gulbenkian.

uma preparação do pessoal docente, constituindo outra medida para solucionar os problemas da educação: que existisse “pessoal docente, técnico e administrativo à altura da sua missão” para superar as múltiplas deficiências da organização e da administração escolar, sendo necessário reorganizá-las em novas bases. A administração escolar teria de ultrapassar as deficiências e insuficiências da formação profissional dos educadores, a situação material etc. A sua intenção pedagógica era começar “[...] pela base, pelos alicerces fundamentais [...] os jardins-de-infância para terminar na Universidade”, já que, para ele, “a escola é o grande meio de prevenção da criança” (MARQUES, 2000, p. 452).

O Ministro da Instrução Pública João Camoesas solicitou a Vasconcelos a colaboração na proposta de Lei de Reforma da Educação, a qual foi apresentada à Câmara de Deputados, em 21 de junho de 1923. Esta proposta não foi aprovada na época, mas retomada depois de 25 de abril de 1974, havendo vestígios na Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986. Logo no Preâmbulo daquela Proposta de Lei, há o diagnóstico correto da situação deficiente do sistema de ensino, tal como retrata o Diário do Governo de 2 de junho de 1923 (MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1923, p. 3-5), ao alertar que a eficácia social estava num estado rudimentar: “esta anomalia acusa logo deficiências de direção consciente, e responsabiliza, por consequência, o sistema escolar”. Mais adiante, o Diário considera que “O povo estiola-se, verificando-se o aumento da morbilidade e da mortalidade. A escola em vez de robustecê-lo, constitui-se fator importante da sua decadência orgânica”. Descreve-se, assim, o declínio ou incipiência caótica do sistema nas suas múltiplas concessões: cultura física, intelectual, moral e social; a relação das escolas com o meio ambiente/comunidade e entre si; a educação popular; o papel dos jardins de infância, da escola primária, escolas para deficientes, escola secundária, escolas agrícolas, comerciais, coloniais, domésticas, industriais e profissionais na formação dos futuros cidadãos; a educação superior e a criação de escolas politécnicas para as classes populares; a organização do ensino, dos seus órgãos de gestão, administração e fiscalização; o papel do pessoal docente e a sua formação (inicial, contínua); a importância das atividades sociais, de investigação científica, dos internatos-residências para estudantes; a arquitetura escolar dos espaços para aprender; do Fundo da

Educação Nacional (BRASIL, 1969; CUNHA, 1997). Ao se analisar cada uma dessas concessões, exigia-se uma renovação e inovação do sistema de ensino em todos os seus níveis.

Vejamos os pontos fundamentais da educação pública propostos naquele normativo: o estatuto da educação pública apresentado em 1923, em forma de Lei, constituiu um documento global que proporcionava uma visão de conjunto, um plano de educação nacional que respeitava as “[...] correlações vitais dos seus instrumentos de ação entre si” (MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1923, p. 4). A escolaridade obrigatória prevista, com a extensão de dez anos, só se materializaria na Lei n. 46/86, de 14 de outubro. Nos termos da ‘Base 4 – Projeto de Estatuto’ de 1923, o sistema estaria estruturado em educação infantil (duração de quatro anos, começando aos três anos de idade); educação primária (duração de seis anos, começando aos sete anos); ensino secundário (curso geral) e educação técnica elementar (duração de quatro anos, com início aos 13 anos de idade). A educação secundária era ministrada nos liceus, em alternativa à educação técnica elementar (obrigatória), em regime de classes e teria a duração de quatro anos (SOUZA ALVES, 1969).

Apostava-se na formação profissional, qualificadora para uma profissão, e, por isso, a educação técnica elementar tinha por objeto a preparação para o exercício das diferentes artes e ofícios, sendo ministrada em escolas específicas, em que se fundiriam as escolas primárias, superiores, as escolas de artes e ofícios, as aulas comerciais, industriais e agrícolas e compreenderia cursos elementares (agrícolas, comerciais, doméstico, industrial e marítimo), sendo comuns a cultura geral, física, musical e social. O acesso ao ensino superior fazia-se por um Curso Especial Liceal, com três anos de duração, ou Curso das Escolas Complementares com duração de quatro anos. O ensino superior, uma das maiores inovações da proposta, estava orientado à formação pedagógica dos professores de qualquer grau ou ramo de ensino, por meio das Faculdades de Ciências da Educação integradas no ensino universitário ou das escolas superiores politécnicas (CUNHA, 1997).

Em relação ao jardim de infância, preconizava-se uma atuação que tivesse em consideração a atividade da criança, suas relações diretas com a vida cotidiana com intuídos formativos e educativos permanentes, desprezando-se os exercícios de mera aquisição

de conhecimentos ou de memória (ALVES, 1967; SANTOS, 1969). Considerava-se a educação infantil um serviço público para o progresso de um país e, assim, propunham-se fins pedagógicos e sociais. Eliminavam-se as atividades de âmbito cognitivo e literário, aconselhando-se exercícios propedêuticos de aquisição dos instrumentos culturais que seriam trabalhados pelos educadores na escolaridade obrigatória, associados à integração social da criança nos pequenos e grandes grupos.

Os jardins de infância tinham pouca expansão na época, já que se criticavam algumas experiências efetuadas no estrangeiro. Por isso, enunciaram-se os princípios sobre os quais deveria assentar o seu funcionamento, estabelecendo orientações e um programa de atividades: “Estado não pode desinteressar-se pelos jardins-de-infância, dada a importância que exerce sobre a evolução interior da criança” (MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1923, p. 7). A falta da implementação da educação pré-escolar, que foi ao longo do século XX uma taxa das mais baixas da Europa, não coincidia com a manutenção de educadores de infância no desemprego ou em tarefas não conducentes com a sua especialização infantil. Possivelmente, essa era uma das causas de insucesso escolar em níveis de ensino posterior, pelo fato de o Estado não permitir a aquisição de habilidades, hábitos sociais de convivência e a necessária propedêutica a todas as crianças, sobretudo às mais carentes em recursos econômicos, vivências, literacia e expressões etc. Esta lacuna só foi preenchida depois da Revolução de 1974, com a Lei n. 46/86, de 14 de outubro. A extensão da escolaridade primária para seis anos, com currículo de caráter regional e relacionado com a comunidade, o cotidiano da criança e predominância das culturas próprias, foi proposta de grande atualidade de desenvolvimento curricular (JULIA, 2001).

Em relação ao ensino técnico, destinado à formação profissional, no seu grau elementar e complementar, acusava-se a inexistência de orientação vocacional, pessoal e profissional anterior (transição do primário ao profissional), ou seja, o sistema enfermava:

- Escolas primárias superiores, com duração de três anos, após cinco de primária, não correspondiam à sua finalidade, por assumirem um caráter de organismo liceal;
- escolas agrícolas, comerciais e industriais, em número limitado no

país, não possuíam condições de eficácia formativa e não administravam um ensino prático e realista adequado ao tecido laboral;

- a falta do caráter obrigatório do ensino técnico elementar implicava que os alunos abandonassem as escolas e ingressassem no mercado de trabalho na ilusão de um salário que lhes desse autonomia, sem terem qualificação e profissionalismo adequados ao progresso do país.

Por outro lado, a proposta de reforma interessou-se pelos defeitos da organização escolar vigente, nomeadamente a insuficiência de cultura intelectual, moral, cívica, cultural etc. A escola constituía-se num sistema isolado, sem relação com o meio social e laboral, onde se inseria o futuro profissional e cidadão. Privilegiaram-se, fundamentalmente, os estudos conducentes a profissões liberais, originando desequilíbrios social, profissional e político. Esta crítica estendia-se ao ensino superior, detectando vários defeitos. Por isso, a ideia central era apostar em uma educação integral, que atribuísse mais importância ao meio, quer dizer, à comunidade local e ao seu desenvolvimento, à dimensão profissional, aos métodos, ao programa curricular, à organização escolar, à formação dos professores, à colaboração com as famílias etc.

Estamos perante um projeto educativo que implicava finalidades, cuja tradução era tributária de um programa de sociedade subjacente, considerando que a organização escolar constituía um dos atrasos no progresso do país. Para este projeto, o aluno/indivíduo é “[...] o ponto de partida”; por isso, é necessário criar homens capazes de “levantar o seu próprio peso”, ou seja, é necessário “[...] libertar, cultivar as forças interiores do indivíduo” (VASCONCELOS, 1929). Os meios para atingir esse objetivo eram, nomeadamente, a cultura física, a higienização dos locais escolares, a inspeção médica escolar, as excursões, os passeios ao campo, a abolição dos métodos escolares sedentários etc. Tudo isso promoveria uma cultura intelectual que levaria o aluno a pensar por si, criando-lhe hábitos de aptidões de ‘iniciativa mental’. Neste sentido, a escola teria como objetivo proporcionar o crescimento da personalidade do educando ‘a partir de dentro’, de modo a que pudesse adquirir as ‘qualidades sociais’.

Em relação aos trabalhos manuais e ao desenvolvimento psicomotor e social da criança, consideraram-se importantes os exercícios e as expressões, já que permitiriam à educação uma orientação dinâmica, funcional (teses da escola ativa da época), tendo a vantagem de realizar melhor a dimensão social da pedagogia. Essa foi, sem dúvida, a proposta de mudança introduzida na educação pela concessão social e para a cidadania. Os trabalhos manuais no ensino e as expressões visuais, dramáticas e musicais complementavam as outras disciplinas na formação integral da criança no período de obrigatoriedade da educação escolar, sendo mais que uma simples ocupação, já que eram considerados como ‘métodos de vida’, centros ativos de compreensão da matéria e dos processos naturais cuja influência veio de Decroly e Claparède.

O grande objetivo de Faria de Vasconcelos era construir um sistema educativo coerente desde o jardim de infância até a universidade, pensando-se pela primeira vez na história da educação portuguesa num sistema escolar que integrasse todos os níveis de ensino. Em seu projeto, referia-se à formação inicial e contínua de professores, à criação de escolas superiores para a formação de professores de trabalhos manuais, de educação física, para além da criação de cursos de jardineiras de infância etc. que hoje estão plasmadas nas atuais escolas superiores do ensino superior politécnico. Destacava-se a fusão das escolas normais primárias e superiores em faculdades de Ciências da Educação, o que levaria à formação universitária de todos os docentes. O currículo formativo seria constituído por disciplinas das áreas de psicologia, pedagogia, didáticas especiais, higiene, administração, organização e legislação etc. Os professores teriam de ter conhecimento da personalidade dos alunos, para melhorar-lhes o percurso escolar e desempenhar um papel ativo e cada vez mais importante de ligação com os serviços especializados na escola: a psicologia escolar, a orientação escolar e profissional, o serviço social ou apoio.

Por conseguinte, aquela Proposta de Lei sobre a reorganização da educação nacional foi a última tentativa de reforma do sistema educativo na primeira República, constituindo, assim, um marco no ensino português, que por pouco não foi decretado, mantendo-se inerte até 1986 com a promulgação da Lei de Bases do Sistema Educativo, no regime democrático e de uma escola para todos.

A importância das bibliotecas escolares na educação dos alunos

Desde meados do século XIX, a Europa começou a olhar a criação e a organização das bibliotecas escolares não universitárias, episcopais ou outras afins como apoio fulcral a toda a estrutura escolar de formação do educando. Anteriormente, os jesuítas, até serem expulsos pelo Marquês de Pombal, já tinham privilegiado as bibliotecas escolares nos seus colégios de formação. Na agenda educativa dos republicanos, entendia-se que as bibliotecas escolares deveriam estimular o aluno e tornar possível o desenvolvimento máximo das suas potencialidades como aluno, cidadão e ser humano. Desse modo, as bibliotecas seriam, nas instituições escolares, um guia de consulta, pesquisa e de conhecimento útil ao desenvolvimento do espírito criativo e à aquisição de hábitos de leitura, de bom aproveitamento dos conhecimentos curriculares pelo aluno, diminuindo, assim, os elevados índices de analfabetismo e de literacia na época.

A Biblioteca Escolar era um tema vivo, mas esquecido pela política pedagógica escolar. Reconhecia-se o papel fundamental que a biblioteca exercia para a sociedade, na formação de hábitos de leitura nos alunos, mas, simultaneamente, era um espaço de pesquisa de saberes escritos. O ensino e a biblioteca constituíam instrumentos complementares, pois uma escola sem biblioteca seria um instrumento imperfeito. A biblioteca sem ensino, ou seja, sem a tentativa de estimular, coordenar e organizar a leitura dos alunos, seria, por seu lado, instrumento vago e incerto no exercício de cidadania. Como um desses possíveis instrumentos, a biblioteca escolar, para Faria de Vasconcelos (1929, 1934), demonstrava ter um compromisso essencial com a educação, a cultura e a formação do cidadão. Mesmo não sendo a única forma de acesso à informação, a biblioteca escolar apresentava um caráter fundamental na busca e alcance da qualidade da educação formal, facilitando a concretização dos objetivos do ensino/instrução. Observa-se que a biblioteca surgia como um recurso indispensável para o desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem e para a formação do educando.

Havia nessa intenção de Faria de Vasconcelos uma estreita ligação com a concessão educacional adotada pela instituição educacional da qual ela era integrante e, portanto a biblioteca estaria integrada na escola, para que ela pudesse cumprir as suas funções: inserida no

processo educativo e em toda a ação educacional dos alunos. Assim, as atividades de biblioteca promoveriam aptidões intelectuais do aluno, enriquecendo-lhe as técnicas de seleção de matérias e saberes, com o intuito de ‘aprender a aprender’ ou o habituando a aprender. Nessa intenção pedagógica a biblioteca era um bom meio de transmissão dos saberes, tendo uma função sociológica de extensão da cultura à comunidade, na continuação da formação ministrada nas escolas.

Podemos observar a flagrante integração nos nossos dias do papel das bibliotecas – hoje com acesso digital – na criação das bibliotecas escolares, com a missão de facilitar o trabalho educativo, permitindo o acesso dos alunos aos livros e à cultura. Neste sentido, o documento retrata a missão do Estado na disponibilização dos meios necessários para a criação e sustentabilidade das bibliotecas escolares, sua organização e atividades com alunos nesse espaço de aprender e de criar hábitos de leitura.

Na verdade, a biblioteca escolar, com o seu espólio e seguindo a perspectiva de Magalhães (1996, 2004) em relação à História das Instituições Educacionais, inclui-se: no Espaço (local/lugar, edifício, topografia); no Tempo (calendário, horário, agenda antropológica); no Currículo (conjunto das matérias lecionadas, métodos, tempos, etc. ou racionalidade da prática); no Modelo Pedagógico (construção de uma racionalidade complexa que articula a lógica estruturante interna com as categorias externas que a constituem de tempo, lugar e ação); nos Professores (recrutamento, formação, organização, mobilização, profissionalização; história de vida, itinerários, expectativas, decisões, compensações); nos Manuais Escolares; nos Públicos em geral (cultura, forma de estimulação e resistências); nas Dimensões (níveis de apropriação, transferências da cultura escolar, escolarização, alfabetização, destinos de vida). Destas categorias estruturavam-se os roteiros, estabeleciam-se os procedimentos pesquisa e gerava-se, no dizer de Juliá (2001), a ‘cultura escolar’.

Desse modo, as bibliotecas almejam dar conta dos vários sujeitos envolvidos no processo educativo, investigando aquilo que se passa no interior das escolas (MAGALHÃES, 2004), gerando um conhecimento mais aprofundado desses espaços sociais, como a biblioteca, destinados aos processos de ensino e de aprendizagem, por meio da busca e apreensão de elementos que conferem identidade à instituição educacional; ou seja, daquilo que lhe confere um

sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte, mesmo que se transformasse no decorrer dos tempos.

Por conseguinte, a biblioteca escolar no ideário dos republicanos articulava o processamento da relação entre escola e biblioteca personificada na figura do professor. Sem dúvida, potencialmente, a biblioteca assumia as funções de laboratório da aprendizagem e de centro de informação educativo aos alunos. Era imprescindível uma melhor exploração do aspeto interativo entre ‘biblioteca e escola’ e, consequentemente, com o professor e a comunidade. Esta relação influenciava a funcionalidade da biblioteca escolar e a percepção que dela se construía (MAGALHÃES, 1996). É dessa relação que nascia uma biblioteca integrada com a prática de ensino na escola. Unidas estas duas forças havia mais probabilidades de abarcar recursos, mobilizar os alunos para a leitura, incentivar o seu uso diário, ampliar e dinamizar a sua ação na comunidade educativa, e, ainda, garantir a melhoria do ensino. O professor dinamizador da biblioteca era o principal responsável por essa mobilização na escola e perante a comunidade local, cabendo-lhe promover a divulgação dos recursos disponíveis, facilitando o acesso contínuo ao seu acervo, para além de fomentar o gosto pela leitura e do saber. Para Faria de Vasconcelos (1934), a biblioteca, ao ser ativa, com um ambiente acolhedor e agradável, obrigava o professor a dinamizá-la e, para tal, também precisava ser dinâmico, aberto, criativo, capaz de promover situações diversas que favorecessem o desenvolvimento do hábito de leitura nos alunos. Ora, esta função do professor seria dada na sua formação inicial.

Por conseguinte, o objetivo era formar cidadãos capazes de ler o mundo ao seu redor e de administrar conflitos de forma a contribuir para o bem-estar da sociedade, que é também o que toda escola e família desejam. A leitura constituía o caminho para que esse desejo se fortalecesse e se concretizasse, sendo a escola um dos lugares onde se podia e se devia desenvolver e cultivar a prática da leitura (NÓVOA, 1995). Assim, a escola buscava parceria com a família para trabalhar a leitura com mais eficiência com os seus filhos. Para isso, integrava-se a escola com a comunidade por meio de ações mediante as quais ambas se reconhecessem como agentes do mesmo processo educativo dos alunos, capaz de influenciar o contexto político, cultural e social, com mudanças de comportamentos voltados

para a educação e especificamente para a leitura. Nessa integração entre a escola e a comunidade, a primeira encontraria os meios para que a comunidade participasse das atividades escolares (VASCONCELOS, 1934). Uma dessas formas seria pela biblioteca escolar que, de maneira incentivadora, atenderia aos alunos nos horários disponíveis, dentro das possibilidades da escola e com estratégias de envolvimento, ou seja, por meio de dinâmicas de leituras.

O papel do Instituto de Orientação Profissional para a educação de Lisboa

Foi certamente desde os seus tempos de estadia na Bélgica que Faria de Vasconcelos começou a se interessar pela problemática da orientação profissional, o que não é de se estranhar, pois foi na Bélgica que, em 1908, Decroly e Chistiaens criaram um serviço de orientação profissional, o primeiro na Europa. Em 1921, Faria de Vasconcelos iniciou contactos para a criação de um instituto de orientação profissional, escrevendo sobre o assunto em jornais e revistas. E, assim, em novembro desse ano, na Revista Seara Nova, inserido em artigos *Bases para a solução dos problemas da educação nacional*, propôs como um dos anexos, um instituto de orientação profissional. Em 1923, numa entrevista ao jornal *O Século*, Faria de Vasconcelos anunciou a criação de um instituto de orientação profissional que funcionaria na Universidade Popular (BRASIL, 1969, p. 40-44).

Em 1925, a *Seara Nova*, referindo-se à colaboração de Faria de Vasconcelos na Universidade Livre, anunciou que essa instituição inauguraria um consultório de orientação profissional que seria uma iniciativa do mais largo alcance. Assim, em 31 de julho desse ano surgiu a primeira instituição portuguesa de orientação e seleção profissional: o Instituto de Orientação Profissional Maria Luísa Barbosa de Carvalho. Esta criação foi uma feliz conjugação de vários fatores que, diante da degradação do ambiente social e político da época, tornou o sonho de Faria de Vasconcelos uma realidade. Tolerado nos primeiros tempos da ditadura, após a chegada de Oliveira Salazar ao poder, o Instituto de Orientação Profissional teve a vida dificultada, sobretudo após 1933. Foi num ambiente político repleto de problemas e indefinições que o Instituto se formou e com muita dificuldade e hostilidades se desenvolveu (CIDADE, 1969).

Um dos objetivos da nova instituição era empreender pesquisas para uma melhor inserção profissional, que poderia facilitar a atuação dos trabalhadores na empresa e acentuar a sua adesão às normas da sociedade industrial, porém começaram a existir algumas hostilidades que eram bastante compreensíveis (ALVES, 1967; SOUSA ALVES, 1969). O aparecimento de uma instituição destinada a interferir na organização social servindo-se de técnica completamente diferente das até então utilizadas, ao empregar processos científicos contra o simples acaso e influências de personalidades, haveria naturalmente de levantar atritos e más vontades.

As ações do Instituto de Orientação Profissional

O Instituto surgiu no âmbito do Ministério do Trabalho pelo Decreto Lei n. 10986, de 31 de julho de 1925, ficando-lhe afeta parte das instalações do Asilo de D. Luís (ou Manuel Pinto da Fonseca), em Marvila. O seu Regulamento foi aprovado pelo Decreto Lei n. 11176, de 24 de outubro do mesmo ano de sua criação. Destacavam-se, no seu articulado, as seguintes competências: os exames diagnósticos de aptidões das crianças e jovens enviados pela Provedoria Central da Assistência; a seleção e integração de crianças normais, aptas para o estudo e para o trabalho nos estabelecimentos da Assistência Pública; o encaminhamento daqueles menores, cuja observação psicopedagógica aconselhasse internamento em estabelecimentos de reeducação, educação especial ou tratamento acompanhado para que pudessem ser inseridos na sociedade; estudo e investigação das condições econômicas, técnicas e sociais das diversas atividades profissionais, diagnosticando as aptidões reveladas pelos alunos, de modo a proceder à sua orientação profissional; consultor da Provedoria em todos os assuntos que submetesse ao seu parecer; elaborar modelos de mapas, fichas e cadernetas escolares para serem adotados nas escolas e estabelecimentos de assistência pública; disponibilidade de os laboratórios servirem de pesquisa de fisiologia e psicologia aplicada ao diagnóstico de aptidões e ao estudo das atividades profissionais da época e respectivas condições econômicas e sociais; um Museu de atividades profissionais; serviços de investigação científica (SOUSA ALVES, 1969).

A primeira fase da atividade do Instituto de Orientação Profissional decorreu entre dezembro de 1925 e 30 de junho de 1926, data da sua inauguração. Já na posse de grande parte

do material, com as adaptações feitas no edifício, com um médico e dois professores, o estabelecimento centrou a sua ação na realização de alguns exames clínicos e fisiopsicológicos de aptidão profissional e de seleção mental e no lançamento de inquéritos sobre as atividades profissionais exercidas em Lisboa. Uma nova fase alargou as competências do Instituto e colocou-o na dependência do Ministério do Interior, em dezembro de 1926. No mesmo mês do ano seguinte passou para a tutela do Ministério da Instrução, e, em janeiro de 1928, além de manter as anteriores atribuições, a sua esfera de ação foi consideravelmente ampliada. Ficou-lhe atribuída a realização de exames de orientação e seleção profissional dos alunos das escolas complementares, das escolas primárias, das escolas técnicas e dos liceus (CUNHA, 1997). Os exames de seleção mental e de orientação profissional das crianças foram aplicados às crianças/jovens submetidos a julgamento dos tribunais tutelares de menores e, ainda, a exames de seleção profissional para adultos em serviços do Estado. Também lhe competia organizar os serviços de orientação profissional no país e proceder à formação científica de peritos orientadores, com o fim de preparar pessoal habilitado para os serviços a criar. O Instituto tinha a seu cargo um vasto plano de realizações do maior alcance social, necessitando apenas de recursos e meios para atingir os seus objetivos.

De fato, o Instituto integrou-se na Direção-Geral do Ensino Superior por meio do Decreto Lei n. 20236, de 19 de agosto de 1931 e, posteriormente, o Decreto Lei n. 22753, de 28 de junho de 1933, permite-lhe o funcionamento do Curso de peritos orientadores. Além de ter instalado dois laboratórios para observação clínica e mental em Coimbra e no Porto, criou no Liceu Nacional de Castelo Branco outro laboratório para a orientação profissional dos menores e, ainda, no Liceu Normal de Lisboa, outro laboratório para orientação de experiências pedagógicas. Previa-se que os professores dos liceus treinassem no Instituto a prática de provas de capacidade mental (VASCONCELOS, 1931). A instituição propôs as bases, normas e condições a que deviam sujeitar-se a educação física, manual, intelectual, moral, social, artística e profissional e a instrução a ser dada aos alunos, bem como àqueles a que deve obedecer a respectiva inspeção e fiscalização pedagógica; ou seja, todos os serviços de orientação profissional e de controle de aprendizagem aos adolescentes de ambos os sexos, frequentando instituições de ensino ou assistência educativa.

Organização interna do Instituto de Orientação Profissional

A finalidade da orientação profissional consistia em substituir os processos empíricos na escolha vocacional de uma carreira profissional por métodos científicos (psicométricos, psicopedagógicos), submetendo o indivíduo a exames clínicos, fisiológicos e mentais destinados a verificar as (in)aptidões, a estabelecer o tipo somático, funcional e mental, ou seja, as características essenciais adaptadas à profissão ou ao curso que pretendia frequentar (SANTOS, 1969). Portugal foi o primeiro país onde a orientação profissional foi “[...] aplicada a menores assistidos e também o primeiro país onde se aplicaram os serviços de orientação profissional aos menores delinquentes sujeitos à jurisdição dos tribunais especiais” (ALVES, 1969, p. 74). Faria de Vasconcelos pretendia uma visão ampla da complexidade da orientação escolar e profissional e não uma atitude arbitrária, evitando dar ênfase a um fator em detrimento de outros, já que considerava indispensáveis os depoimentos do orientando, dos pais ou tutores, bem como os elementos dados pelas escolas, exames clínicos, fisiológicos e psicológicos e pelos inquéritos às condições econômicas, sociais e técnicas das profissões e pelos instrumentos de investigação (ALVES, 1969, p. 75).

O processo de orientação era complexo, não se limitava à análise das aptidões psicológicas e correto encaminhamento para as respectivas atividades. Para assegurar a execução dos serviços, o Instituto, sob a direção de Faria de Vasconcelos, encontrava-se dividido numa série de secções de trabalho com objetivos definidos. Em 28 de junho de 1933, previa-se a existência de oito secções: clínica, fisiológica, psicológica, económica, pedagógica, de colocação e patrocínio de aprendizes. Tinham sido estabelecidas, em 1931, a bolsa de emprego, a secção de documentação e propaganda e, por último, a secção de museu das atividades profissionais, cada uma dispondo de uma direção autónoma. O Instituto era, ainda, constituído por uma série de laboratórios agrupados em duas categorias: uns para os exames de orientação profissional de crianças e adolescentes; outros para a seleção profissional para adultos; porém, novas aquisições permitiram as instalações de mais de dez, pelo que em 1928 existiam 22 laboratórios.

A partir de 1928, ano em que o Instituto passou para o Ministério da Instrução, houve um maior empenho na seleção e orientação profissional, iniciando-se a colaboração com as escolas primárias, os liceus e escolas técnicas de Lisboa, realizando-se diversos trabalhos de investigação e aplicações psicopedagógicas. Foi diversificada a atividade desenvolvida pelo instituto junto a escolas e aos liceus (CUNHA, 1997). Mas a sua atividade também se estendeu junto às Forças Armadas, à Assistência, ao Ministério da Justiça, e mesmo a organizações ligadas ao desporto. Para além daquelas atribuições e da sua diversificada ação, neste trabalho privilegiaremos sua dimensão educativa junto às instituições escolares.

Orientação escolar e profissional nas escolas: orientar como seleção escolar

Em 1925, o Instituto de Orientação Profissional iniciou sua atividade ligada à assistência, selecionando os alunos com capacidades psicológicas para prosseguirem estudos normais dos que necessitavam de educação especial (SOUZA ALVES, 1969). Mas a atividade do Instituto visava também a orientar profissionalmente as crianças e os adolescentes que terminavam a escola obrigatória e se preparavam para uma formação profissional, enquadrando-se no movimento geral da época que concebia a orientação profissional destinada apenas aos jovens que pertenciam a meios sociais e economicamente menos favorecidos. Os que pertenciam a meios mais favorecidos não sentiam, nem eles nem as suas famílias, a necessidade de serem ajudados na escolha dos seus estudos ou da sua profissão. Esta escolha era feita essencialmente segundo critérios sociais.

Vasconcelos (1915) sustentava que a escola, como instituição educativa, necessitava de um conhecimento correto do aluno e de tomar em consideração na prática educativa as suas diferenças psicológicas. Baseando-se no ‘modelo da descoberta’, que pressupõe que cada indivíduo está feito para seguir determinado caminho e que apenas é necessário encontrá-lo, recomendava-se, como primeira solução, a instituição do exame psicológico à entrada do liceu, o qual visava impedir o ingresso de alunos que não manifestassem aptidões necessárias para assimilar os conhecimentos aí ministrados. Reforçava-se a dimensão social da educação, pois se isto não fosse feito, muitos dos alunos tornavam-se um peso morto, prejudicando-se a si próprios, aos outros e à sociedade. O

pensamento de Faria de Vasconcelos era claro e explícito ao falar que na escolha da profissão os indivíduos não seguem nem os seus desejos, nem a sua vocação, mas procuravam ganhar, seja como for, a sua vida (VASCONCELOS, 1931). Segundo ele, muitos indivíduos procuravam profissões liberais sem terem as devidas capacidades, provocando um excesso desses profissionais em certos ramos de atividade, tendendo a ser medíocres ou incompetentes, enquanto o país tinha escassez de mão de obra qualificada.

Vasconcelos (1936) cita com frequência que a profissão é das coisas mais importantes da vida: “a profissão é o fulcro em torno do qual gira toda a vida do indivíduo”, parecendo claro no seu pensamento que a satisfação profissional depende de fatores internos à profissão e é possível apenas na coerência ou adequação entre as aptidões e a atividade. Foi meritório a sua ação durante o tempo que esteve à frente do Instituto (1925-1939) um excelente trabalho, pondo cada um, rico ou pobre, naquilo para que tinha aptidão. Mas, talvez por contrariar a prática estabelecida e ir contra a ideologia que tentava justificar essa prática, pouca repercussão teve no sistema educativo que se instaurava (VASCONCELOS, 1934).

As vias pelas quais a orientação se efetua são traçadas pelas estruturas escolares. Se é significativa a evolução que elas têm sofrido, entre nós, porém, na época a que nos reportamos – finais da década de 1920 e durante a década de 1930 –, a situação da organização escolar contrastava com os projetos idealizados por Vasconcelos (1936), e com os conhecimentos fornecidos pela psicologia genética sobre o desenvolvimento da criança e dos adolescentes. A institucionalização da escolaridade obrigatória apenas durante três anos, a dificuldade, sobretudo econômica, para muitos prosseguirem os estudos, as alternativas de vias paralelas diferenciadas mais curtas, ou seja, umas que outras na prática impediam o acesso ao ensino superior, ou a dificuldade de passar de uma via mais curta para outra mais longa. Tudo isto reforçado pela visão salazarista de sociedade de feição tradicionalista, imobilista, e por preocupações quase exclusivamente centradas na contribuição da escola para a legitimação ideológica desse modelo de sociedade que se procurava implementar (ALVES, 1967; CUNHA, 1997; FIGUEIRA, 2001).

Em 1934, Faria de Vasconcelos expressou frontalmente o seu desacordo diante do tipo de

ensino secundário vigente, mas, atendendo às propostas que formulou, o seu desacordo dirigia-se na realidade a todo o sistema de ensino. Todavia as suas propostas estavam à partida impossibilitadas de êxito, pois não é possível democratizar o ensino num regime não democrático.

Então, retomou a defesa da escolaridade obrigatória dos sete aos 16 anos, fazendo a seguinte subdivisão: dos sete aos 11 anos seria o ensino primário; dos 11 aos 14 anos, o regime de pré-aprendizagem. Só no termo dessa escolaridade, isto é, com 15 anos, é que seria possível a escolha vocacional, quer ela fosse para um regime de aprendizagem para os cursos especiais dos liceus, dos 15 aos 18 anos, para os que pretendessem ser admitidos no ensino superior dito liberal. Além disso, para o autor, existia uma nova educação, a educação técnica, que era indispensável para a formação de trabalhadores especializados, e nesse sentido a sua abordagem foi levada ao pormenor na formulação de propostas. Por se tratar de uma educação técnica e não ser apenas aquisição de um saber técnico, é na escola que deveria ser ministrada. Estas escolas deveriam ser comuns e obrigatórias para todas as crianças cujo desenvolvimento mental lhes permitia tirar partido delas. Para as raparigas – e de acordo com recomendações da Liga Internacional da Educação Nova – só para a aprendizagem de atividades profissionais estritamente femininas é que deveriam ser criadas escolas adequadas, mas que respeitassem os princípios e métodos de pedagogia preconizados pelo autor. Para as outras atividades, as raparigas deveriam estudar conjuntamente com os rapazes. Para ‘as crianças anormais’ – uma preocupação constante nos escritos de Vasconcelos (1934), pelo menos desde 1909 – o autor falava da organização de escolas especiais em que a cultura geral e profissional fosse estritamente condicionada pelas aptidões físicas e mentais, ao que acrescenta que deveriam ser “completadas por obras pós-escolares de colocação e assistência”.

Em suma, no pensamento de Vasconcelos surgiram, assim, dois momentos. O primeiro, à luz da psicologia, percebeu a adolescência como uma fase complicada de desenvolvimento pessoal, da afirmação da identidade, da descoberta, de incertezas; e para que fosse bem-sucedida, propõe que a escola fosse ativa e que considerasse as diferenças individuais e, portanto, fosse por medida. Segundo momento, que no seu limite temporal, no fim do regime de pré-aprendizagem, houvesse uma seleção.

Vasconcelos (1934) parece aperceber nesta fase que o futuro da orientação seria na Escola e não em organismos alheios a esta ou fosse feita por pessoas sem formação pedagógica. A orientação revestia-se para ele numa forma educativa, fruto de uma ação conjugada entre professores das disciplinas e professores especializados. Este projeto se identifica com os ideais da Escola Nova e se afasta radicalmente da prática e da ideologia pedagógica do Estado Novo (NÓVOA, 1995).

Com o desaparecimento do seu fundador, o Instituto cai num marasmo, anexado à Faculdade de Letras de Lisboa, desde 1936, mesmo sacudido por alguns orientadores persistentes na divulgação da orientação profissional, só veio a ser reabilitado em 1977, com funções de orientação escolar. Neste percurso ficam as palavras do fundador: “O Instituto de Orientação Profissional foi feito de propósito para vos ajudar, a vós e a vossos pais, na escolha da profissão que mais vos convém [...]. Olhai que a escolha do ofício é das coisas mais sérias da vida, porque depende o vosso futuro, o futuro dos vossos” (VASCONCELOS, 1934, p. 47).

Considerações finais

Contributos à escola e pedagogia... do seu tempo

O pedagogo e psicólogo albicastrense Faria de Vasconcelos foi considerado um dos melhores da Europa (baluarte da Escola Nova), realizando imensos estudos experimentais de psicologia escolar e pedagogia. A publicação das *Obras Completas* de Faria de Vasconcelos pela Fundação Calouste Gulbenkian, (MARQUES, 1986; 2000; 2009) constitui um contributo de inestimável valor para a cultura e pedagogia portuguesas. Há que se destacar neste pedagogo, parafraseado por A. Ferrière como ‘Pioneiro da Educação de Futuro’ (VASCONCELOS, 1915, p. 11), um pequeno texto *Lo que debe ser un profesor*, datado de 1920, que é de uma autêntica atualidade. Desse pequeno texto podemos trazer Faria de Vasconcelos ao debate hodierno sobre a valia e dignidade do professor (MARQUES, 2000, p. 595): “São [os educadores] os obreiros fecundos, generosos, infatigáveis que andam construindo o futuro, pois só um ‘educador pode dar-se conta da soma prodigiosa de esforços, de sacrifícios e de paciência que representa a obra educativa”. De fato, enquanto o professor assumia o papel de orientador,

motivador (liberdade de aprender) e observador, o aluno era o agente criador das suas próprias aprendizagens e experiências (interação).

Fez cem anos que Faria de Vasconcelos experimentou pedagogicamente na Bélgica uma escola nova (1912-14), e que estava subjacente uma educação e formação para a vida e pelo trabalho, apostando na diversidade das tarefas dos alunos (trabalhos manuais, no campo, nas oficinas), muito semelhante em alguns princípios pedagógicos propostos por Kerschensteiner na Alemanha, na aproximação dos alunos ao mundo do trabalho. A educação pelo trabalho constituía para ele uma forma de criação e realização pessoal, um exercício de liberdade, democracia e tolerância. A metodologia pedagógica adotada foi uma das mais inovadoras do seu tempo, já que se destaca: escola da experiência do real (observação); educação pelo e para o trabalho (prático) proporcionando aos alunos o 'aprender a fazer'; escola ativa (centrada nas aprendizagens dos alunos); metodologia de trabalho de projeto; ensino individualizado; diferenciação pedagógica.

O método pedagógico defendido por Vasconcelos (1915) opunha-se ao enciclodismo e aos princípios da escola tradicional e, por isso, na sua ânsia de transformar a educação num processo educativo ativo, centraliza os seus ideais nos interesses do aluno, que participa do seu próprio plano de desenvolvimento pessoal, social, profissional para a autonomia com liberdade e responsabilidade. O conhecimento do aluno provinha da observação e da experiência, de modo a criar hábitos de trabalho, pensamento crítico e de procura científica.

Aquela Escola de Bièrges tornou-se numa comunidade de vida e de aprendizagem favorecedora da reflexão sobre a aprendizagem e experiência de vida e na adaptação da vida escolar à vida extra-escolar. Tratava-se de uma escola com instrução geral adaptada às capacidades e necessidades individuais e com orientação escolar e profissional (VASCONCELOS, 1915, p. 49-52). O aluno era valorizado como 'pessoa', aprendendo a conhecer, a ser, a fazer, a conviver e a querer os outros (valores). Cultivava-se a diferença reforçando a identidade individual de cada aluno, desenvolvendo-lhe a autonomia. A prática pedagógica preconizada em Bièrges abre novos horizontes para melhor compreendermos os desafios da educação na atualidade, presentes no Relatório de J. Delors (quatro pilares da educação) e nos objetivos propostos na

Estratégia Europeia de 2000-2010-2020: a educação e a formação num processo de aprendizagem ao longo da vida.

Vasconcelos (1915; 1929) atribui importância fundamental ao ambiente em que a educação se processa, ao meio em que o educando se desenvolve. Por isso, insiste que o ensino deve provir da própria vida, a partir da realidade concreta, ligar-se ao mundo da experiência e da representação da criança, da maneira de ver infantil e dos interesses do aluno, que o educador deve respeitar as leis do desenvolvimento psicológico da infância (ALVES, 1967). A libertação da criança é a palavra de ordem da pedagogia nova e inscreve-se na linha da emancipação geral do homem. Neste processo, Faria de Vasconcelos deposita confiança nos educandos, na aptidão para se formarem partindo deles mesmos e no respeito pela sua natureza. Por isso, defendeu a educação baseada nas tendências, usando 'métodos ativos', uma educação genética e diferenciada.

Outro contributo à história da educação portuguesa que não analisamos, mas que se deve referir pela forma interventiva que teve no Grupo Seara Nova, entre 1921 e 1925, acabado de regressar da América Latina. Na revista *Seara Nova*, de que foi cofundador, a sua colaboração foi muito assídua, a par além do seu envolvimento na Universidade Popular Portuguesa. A educação foi o centro das suas preocupações psicopedagógicas, sempre unida a interesses e compromissos políticos, num comportamento que nunca apresentou contornos partidários mas que se situa à esquerda. É o caso da sua colaboração na revista *Educação Popular*, órgão da Universidade Popular, no jornal *A Batalha*, porta-voz da Confederação Geral do Trabalho (PATRÍCIO, 2010). Na mesma linha política geral são publicados na *Seara Nova*, nos anos de 1921-1922, um conjunto de artigos sob o título geral de *Bases para a Solução dos Problemas da Educação Nacional*, que constitui o cerne da proposta de Lei de Bases da Educação Nacional, apresentada pelo Ministro João Camoesas, em 1923, de quem era amigo na *Seara Nova* e na Universidade Popular Portuguesa.

Diga-se o que se disser deste pedagogo português, das suas ideias, das suas realizações, ou dos seus discursos pedagógicos, a verdade é que da sua rica personalidade foram deixados traços marcantes na sua extensa obra escrita (MARQUES, 1986; 2000; 2009). Conhecedor invulgar do que a nível internacional se passava no campo da educação, desenvolveu entre nós

uma intensa obra de divulgação dos novos ideais educativos e dos novos planos de ação didática, foi um apóstolo da Educação Nova, desempenhou um papel de relevo na renovação dos estudos pedagógicos em Portugal, teve um trabalho colossal na montagem do Instituto de Orientação Profissional e no progressivo aperfeiçoamento dos métodos de trabalho aí realizados.

De fato, foi a perspetiva social que moveu a dinâmica reformadora deste nosso pedagogo e pedagogista. A partir de 1931, colaborou e envolveu-se com o Instituto de Reeducação Mental e Pedagógica, envolvendo-se na organização do Instituto Dr. Navarro de Paiva, destinado a menores do sexo masculino anormais delinquentes dos nove aos 16 anos, suscetíveis de educação e capazes de terem um rendimento social pela prática de um ofício adequado às suas capacidades em oficinas devidamente apetrechadas para o efeito (MARQUES, 2009). Este Projeto de organização psicopedagógica daquele Instituto, estruturado em 15 pontos é mais um documento direto das suas experiências, pois: define a finalidade e os condicionamentos médico-psicológicos de admissão; estabelece os limites tipológicos de admissão; apresenta as bases da organização educativa; indica as áreas da educação física compreendidas e igualmente em relação à educação manual e educação intelectual; identifica os ofícios em cuja aquisição aposta a educação profissional; prevê o seguimento e encaminhamento externo do menor quando o Instituto não ensina o ofício para que ele revele aptidões; programa a orientação geral a seguir relativamente à educação moral e social; estabelece a composição do pessoal docente; determina os critérios seguidos na distribuição dos menores em grupos e os limites de extensão desses grupos; indica os serviços a prestar pelo Instituto (exames de diagnóstico e tratamento psicopedagógico, assistência técnica no estudo de casos particulares, a orientação e inspeção psicopedagógica dos menores); determina o funcionamento, anexo ao Instituto Dr. Navarro de Paiva, de um Patronato destinado à colocação, vigilância, amparo e auxílio material e moral dos menores que terminarem a sua educação (MARQUES, 2009).

É de se destacar a organização que implementou, a partir de 1930, no Instituto de Orientação Profissional, principalmente no referente às secções que integrava: Secção para crianças com insuficiências ou anomalias graves nas suas capacidades mentais; Secção para

crianças atrasadas no seu desenvolvimento mental e na aprendizagem; Secção para crianças normais com necessidade de um regime especial de vida e de trabalho (inadaptadas escolares); Secção para crianças cujo desenvolvimento reclamava cuidados especiais (educação especial) (MARQUES, 2009). Em relação às funcionalidades estruturais do Instituto, esta instituição era, por um lado, um espaço de consulta (orientação) como uma ‘clínica e laboratório psicopedagógico’ e, por outro lado, um lugar de tratamento, ou seja, uma escola de formação para a vida (MARQUES, 2009). O Instituto converteu-se numa instituição de futuro para a educação, sendo uma das realizações mais interessantes em Portugal pelo contributo ao nível da orientação escolar, pessoal, vocacional e profissional. No dizer de Marques (2009, p. 439): “o Instituto de Reeducação Mental e Pedagógica teve uma vida curta”; “foi efémero e sobre ele não há elementos”.

Em definitivo, Faria de Vasconcelos foi um pedagogo impregnado dos ideais da Escola Nova, um pedagogo de vanguarda pela experiências que realizou, diagnosticando de forma incisiva os problemas educativos da sua época, com propostas de solução engenhosamente elaboradas que se projetaram até aos nossos dias aproximando o ensino à realidade social. Implementou serviços de orientação pessoal, escolar e profissional (e psicologia vocacional) nas escolas e prestando serviços em instituições de reeducação de menores, criação de apoios pedagógicos às crianças com necessidades educativas especiais, a possibilidade do prolongamento da escolaridade obrigatória até aos 15-16 anos, a valorização no sistema educativo do ensino técnico, das aprendizagens não formais, a educação contínua para os professores, de atividades diversificadas com destaque para os trabalhos manuais etc. Eis o contributo de atualização deste pedagogista da Escola Nova e que é no tempo histórico da educação uma figura viva de pedagogo com visão de futuro: “A madrugada para nós é sempre bela. O dia inteiro, porém parece-nos demasiado longo” (VASCONCELOS, 1922, p. 22).

Referências

ALVES, M. **Ação pedagógica de Faria de Vasconcelos**. 1967. 189f. Dissertação (Mestrado em Ciências Históricas e Filosóficas)- Universidade de Coimbra, Coimbra, 1967.

- BRASIL, R. 'Faria de Vasconcelos e a evolução da Pedagogia Portuguesa'. **Estudos de Castelo Branco**, n. 30, p. 38-46, jul./1969.
- CIDADE, H. Prof. Faria de Vasconcelos: saber para agir. **Estudos de Castelo Branco**, n. 30, p. 5-7, jul./1969.
- CUNHA, A. A. O. **Faria de Vasconcelos: pensamento e ação pedagógica**. 1997. 267f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Minho, Braga, 1997.
- FIGUEIRA, M. **Um roteiro da educação nova em Portugal**. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2001.
- JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação/SBHE**, n. 1, p. 9-44, 2001.
- MAGALHÃES, J. P. **Contributo para a história das instituições educativas: entre a memória e o arquivo**. Braga: Universidade do Minho, 1996.
- _____. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2004.
- MARQUES, J. F. **Faria de Vasconcelos**. Obras Completas, Vol. I. (1915-1920). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- _____. **Faria de Vasconcelos**. Obras Completas, Vol. III (1920-1925). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.
- _____. **Faria de Vasconcelos**. Obras Completas, Vol. IV (1925-1933). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.
- MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. **Reforma da Educação**. Proposta de Lei (Separata – D. G. - 2.^a série, n. 151, de 2 de julho de 1923). Lisboa: Imprensa Nacional, 1923.
- NÓVOA, A. S. **Sobre a educação nova: cartas de Adolfo de Lima a Álvaro Viana de Lemos (1923-1941)**. Lisboa: Educa, 1995.
- PATRÍCIO, M. F. 'A Seara Nova no itinerário pedagógico de Faria de Vasconcelos'. **Seara Nova**, n. 1712. Disponível em: <<http://www.searanova.publ.pt/pt/1713/memória/179/A-Seara-Nova-no-itiner%C3%A1rio-pedag%C3%B3gico-de-Faria-de-Vasconcelos-%28conclus%C3%A3o%29.htm>>. Acesso em: 25 out. 2015.
- SANTOS, D. 'O Professor Faria de Vasconcelos e a Orientação Profissional'. **Estudos de Castelo Branco**, n. 30, p. 8-9, 1969.
- SOUSA ALVES, M. H. D. G. A ação pedagógica de Faria de Vasconcelos no Instituto de Orientação Profissional Maria Luísa Barbosa de Carvalho. **Estudos de Castelo Branco**, n. 30, p. 56-78, 1969.
- VASCONCELOS, A. S. F. **Une école nouvelle en Belgique**. Paris, Neuchâtel: Delachaux & Niestlé Librairie, 1915.
- _____. **Por terras de além-mar: viagens na América**. Lisboa: Seara Nova, 1922.
- _____. **Problemas escolares**. Lisboa: Seara Nova, 1929.
- _____. **Monographie de L'Institut de Reeducation Mentale et Pédagogique**. Lisboa: Imprensa Lucas, 1931.
- _____. **Lições de pedologia e pedagogia experimental**. Lisboa: Bertrand, 1934.
- _____. **Delinquência e inteligência nos adolescentes**. Lisboa: Livraria Clássica, 1936.

Recebido em: 05/05/2015

Aceito em: 25/06/2015